

A SUÍÇA E O 15 DE NOVEMBRO DE 1889

RETO MONICO*

RESUMO: A queda de D. Pedro II e a proclamação da República no Rio de Janeiro é o acontecimento na História contemporânea do Brasil que, pelo menos até 1964, inspira o maior número de análises na imprensa suíça. Os editorialistas dos jornais nacionais, mas também dos regionais, debruçam-se, em particular, sobre as causas da queda da última Monarquia do Novo Continente. A atitude da família real e a abolição da escravatura no ano anterior são as causas que aparecem com maior frequência nos comentários jornalísticos para explicar o que para alguns surgiu como uma surpresa: a destituição do velho imperador que uma maioria dos periodistas considerava um soberano ideal. Os jornais constituem a fonte essencial para este artigo. No entanto, temos também um relato do Cônsul-geral suíço no Rio de Janeiro, Emile Raffart, que descreve o que viu na capital carioca a 15 de novembro de 1889.

PALAVRAS CHAVE: Abolição da escravatura, Deodoro da Fonseca, D. Pedro, imprensa suíça, proclamação da República no Brasil.

RÉSUMÉ: La chute de D. Pedro et la proclamation de la République à Rio de Janeiro est l'événement de l'Histoire contemporaine du Brésil qui, pour le moins jusqu'en 1964, a suscité le plus grand nombre de commentaires dans la presse helvétique. Les éditorialistes des grands journaux, mais également ceux de la presse régionale, se penchent notamment sur les causes de la chute de la dernière Monarchie du Nouveau Continent. L'attitude de la famille royale et l'abolition de l'esclavage l'année précédente sont très souvent citées par les analystes pour expliquer ce qui pouvait apparaître, pour certains, comme une surprise: la destitution du vieil empereur que d'aucuns considéraient comme un souverain idéal. Les journaux constituent la source essentielle de cet article. Cependant, nous avons également le récit du consul général suisse qui relate ce qu'il a vu dans la capitale brésilienne le 15 novembre 1889.

* Doutor pela Universidade de Genebra.

MOTS CLÉS: Abolition de l'esclavage, Deodoro da Fonseca, D. Pedro, presse suisse, proclamation de la République au Brésil.

A queda de D. Pedro e a proclamação da República no Rio de Janeiro, a 15 de novembro de 1889, é o acontecimento na História contemporânea do Brasil que, até 1964, inspira o maior número de análises jornalísticas no Velho Continente e na Suíça, em particular. Quarenta e um anos mais tarde, o fim da República Velha, por exemplo, suscitará relativamente poucos comentários, apesar de o conflito durar cerca de um mês e de a mudança ser muito mais radical do que a de 1889¹. No outono de 1930 os periódicos helvéticos publicam as duas versões dos combates, a dos revoltosos e a do governo de Washington Luís, mas dão pouquíssimo espaço nos seus editoriais à luta que levará Getúlio Vargas ao poder. Em novembro de 1889, ao contrário, todos os principais jornais suíços escrevem um ou vários comentários sobre o fim do reinado de D. Pedro II. Também os periódicos regionais — diários ou semanais — se debruçam, pelo menos em duas edições², sobre o Brasil neste final de outono de 1889. Trata-se, em geral, de sínteses dos telegramas recebidos e, por vezes, de pequenos comentários.

Neste artigo pretende-se apresentar um estudo temático destas análises «a quente» dos factos que lavaram à destituição do último monarca do Novo Continente. Às fontes jornalísticas, que predominam na nossa documentação, acrescentamos a visão do Cônsul-general suíço na capital carioca, testemunha presencial desta viragem pela História do Brasil³.

1 PENNA, Lincoln de Abreu. *República brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 147-151.

2 *La Libertà*, quotidiano católico da Suíça italiana, publica cinco comentários sobre o Brasil entre 19 e 30 de novembro de 1889; *Der Landbote*, diário radical da vila de Winterthur, publica três em quatro dias, tantos quanto o católico *Courrier de Genève*. São apenas três exemplos que, no entanto, ilustram como na imprensa regional da Suíça se fala, e por vezes se comenta, com uma certa regularidade os acontecimentos da política internacional.

3 RAFFARD, Eugène Emile, Carta de 19 de novembro de 1889. CH-BAR, E2#1000/44#997*, B.121.23.1. Revolution von 1889 (Sturz des Kaisertums

As primeiras notícias desta viragem na História do Brasil chegam sábado, 16 de novembro, e alguns jornais, como o quotidiano liberal *Gazette de Lausanne*, na página 3 («Últimos despachos»), publicam-nas poucas horas depois⁴:

Rio de Janeiro, 16 de novembro: – Uma insurreição rebentou no Brasil com o objetivo de depor o governo imperial e de proclamar a República. O Exército apoia o movimento. Formou-se um governo provisório com o Senhor da Fonseca e o Senhor Benjamin Constant. Não temos outros detalhes.

Nova Iorque, 16 de novembro: – Confirma-se a notícia da revolução no Rio de Janeiro. O Senhor Ladani, ministro da Marinha, foi assassinado por três soldados rebeldes. Os ministros apresentaram a demissão coletiva. [...]

Paris, 16 de novembro: – Um despacho vindo de Nova Iorque desmente a morte do ministro da Marinha no Rio de Janeiro. Está gravemente ferido mas não está em perigo de vida. Acredita-se que se realizará um plebiscito no Brasil.

La Tribune de Genève publica, no mesmo dia, o primeiro destes telegramas às 10 da manhã (2.^a edição) e o segundo à uma da tarde (3.^a edição). Por seu lado, o *Neue Zürcher Zeitung* (NZZ) insere só o despacho do Rio na página interior da sua única edição

und Anerkennung der republikanischen Regierung; Brasilianisches Naturalisationsgesetz, 1889-1891, 1895) [Revolução de 1889 (Queda da monarquia e reconhecimento do governo republicano; leis brasileiras de naturalização, 1889-1891, 1895)]. Eugène Émile Raffard (1827-1901) é Cônsul-general no Rio durante 43 anos. (Cf **figura 1**). Antes de mandar o relatório, Raffard enviou dois telegramas a Berna: dia 16 a anunciar a revolta e a proclamação da República; dia 19 a confirmar a proclamação, a anunciar o exílio de D. Pedro e a afirmar que impera a ordem no Brasil. A Suíça será o terceiro país europeu a reconhecer o novo regime, a 26 de setembro de 1890, depois da França, a 20 de junho, e de Portugal, a 20 de setembro. No mundo os três primeiros são a Venezuela, a 2 de dezembro, e a Argentina e o Uruguai, no dia seguinte. A primeira grande potência a reconhecer o novo regime republicano brasileiro é os Estados Unidos, a 29 de janeiro de 1890, e a última a Rússia, a 26 de maio de 1892.

4 Sabemos que, para uma parte da imprensa, havia, na altura, mais do que uma edição por dia e nem todas foram conservadas nos arquivos. Ignoramos também se houve edições especiais ou folhetos que anunciaram o acontecimento, como, por exemplo, a 2 de fevereiro de 1908, quando o *Journal de Genève* publicou uma edição especial depois do Regicídio de Lisboa.

de sábado, dia 16 de novembro⁵.

Todos os periódicos publicam ou resumem estes telegramas e reproduzem, nos dias seguintes⁶, outros despachos vindos principalmente do Brasil, de Nova Iorque, de Londres e de Portugal. Podemos concluir dizendo que os leitores suíços foram informados da mudança ocorrida na capital do Brasil pouco tempo depois de esta ter ocorrido, entre um e quatro dias após a deposição do último imperador⁷.

1) Uma verdadeira surpresa?

Uma leitura superficial das páginas dos jornais helvéticos leva a pensar que, nestes dias de novembro de 1889, a maioria das pessoas foi apanhada de surpresa com a chegada dos telegramas acima mencionados. No seu primeiro editorial dedicado ao Brasil, a 17, *La Tribune de Genève* fala de uma «grande notícia». Foi «uma notícia inopinada», comenta o jornal *Feuille d'Avis de Lausanne*, três dias depois da proclamação da República no Rio de Janeiro.

De facto, como escreve a 20 de novembro *Il Dovere*, quotidiano de Bellinzona, parece que a notícia do derrube do velho imperador caiu como uma bomba. Mas tal é devido, principalmente, diz o jornalista, à distância que separa a Europa do Brasil. Por outras palavras, a falta de informações e de conhecimento sobre a vida política do maior país da América do Sul, assim como a imagem

5 Na altura o quotidiano de Zurique tem duas edições por dia durante a semana, uma aos sábados e outra aos domingos. Como a grande maioria dos jornais desta época, cada número tem quatro páginas.

6 Cf., entre outros, a primeira página do *Journal de Genève* e a terceira de *Der Bund*, de 17 de novembro de 1889. O quotidiano radical de Berna publica, na mesma coluna, logo depois dos dois primeiros telegramas, um terceiro a desmentir a morte do ministro e um quarto despacho de Lisboa anunciando o nascimento de D. Manuel, futuro (e último) rei de Portugal.

7 O quotidiano de anúncios *Feuille d'Avis de Neuchâtel*, publicado de segunda-feira a sábado, na edição de dia 18 só reproduz os despachos do Rio, de Nova Iorque, de Paris e de Bruxelas.

Por seu lado, *La Liberté*, de Friburgo, nada escreve sobre o Brasil na sua edição de domingo, dia 17. Como o quotidiano católico conservador não sai na altura à segunda-feira, só fala da mudança de regime no número de terça-feira, dia 19, publicando na mesma página um longo comentário e um breve resumo dos despachos de 16 de novembro.

que os europeus cultos tinham de D. Pedro — considerado «um soberano-lenda»⁸, uma «espécie de Marco Aurélio imperador-filósofo»⁹, um «Salomão dos tempos modernos»¹⁰ — impedem, num primeiro tempo, uma análise serena da realidade.

Interessante desde ponto de vista é a primeira frase do editorial do *Journal de Genève*, de dia 17, escrito na véspera, quer dizer, poucas horas depois da chegada dos primeiros telegramas: «A mais inesperada notícia, porque é a mais inexplicável, chega-nos esta manhã do Rio de Janeiro»¹¹. Talvez tenham sido, acrescenta ironicamente o articulista, «as sementes revolucionárias» do recente centenário da Revolução francesa que «tenham frutificado em poucos dias sob o clima tropical»¹². No entanto, na página 3, no comentário sobre a bolsa de Paris de dia 16, podemos ler:

Não era um mistério para ninguém que a forma monárquica estava mais ou menos gasta neste país e que as atividades dos republicanos ameaçavam derrubar a última monarquia americana; mas acreditava-se que a revolução rebentaria apenas após a morte do Imperador D. Pedro.

A 3 de janeiro de 1890, já com o recuo histórico de algumas semanas, o quotidiano liberal genebrino voltará a manifestar o seu espanto pelo derrube do imperador do Brasil: «Esta revolução do Brasil é, de facto, uma das coisas mais estranhas que já se viu».

Por seu lado, o diário *Gazette de Lausanne*, a 18, acha que este acontecimento é, provavelmente, uma surpresa para a Europa mas não para o Brasil. O início do comentário do bernês *Der Bund*, da mesma data, reflete uma parte das opiniões que a

8 *L'Impartial*, 19 de novembro de 1889.

9 *La Liberté*, 19 de novembro de 1889.

10 *Ibidem*.

11 O editorialista diz também que procurou, em vão, no número de 26 de outubro do bimensal carioca de língua francesa *Étoile du Sud*, um indício que o pudesse ajudar a compreender esta revolta.

12 O *NZZ* de dia 19 escreve: «É possível também que não tenham querido deixar passar sem festejos o aniversário da revolução francesa».

imprensa do Velho Continente exprime: o que aconteceu no Rio de Janeiro não foi totalmente inesperado, mas, apesar de tudo, deve ser considerado, pelo menos em parte, como algo abrupto. Por seu lado, *La Liberté* acha, a 19, que para quem «conhece os homens e as coisas» a notícia da queda de D. Pedro é «inesperada mas pouco surpreendente».

Segundo *L'Estafette* e o *Nouvelliste vaudois* «havia muitas pessoas insatisfeitas»¹³ e «pressentia-se há muito tempo este movimento revolucionário e republicano»¹⁴. Para as pessoas que conhecem a força dos republicanos brasileiros «não é uma verdadeira surpresa»¹⁵. Por conseguinte, estava-se à espera que acontecesse alguma coisa. De análoga opinião é também *Der Landbote*, do dia 19: «Há muito tempo que havia sinais de uma profunda agitação do povo contra o governo monárquico». Por seu lado, o editorialista do *Neue Zürcher Zeitung*, de dia 17 — que ainda não tem a certeza absoluta da vitória dos republicanos — refere que o seu jornal falou durante o verão de 1889 sobre «as causas do atual movimento» no Brasil¹⁶.

Segundo *La Tribune de Genève*, de 21, a revolução não foi nem espontânea nem fortuita. Uma grande parte da opinião pública republicana, escreve o quotidiano de Genebra, já tinha reclamado uma reforma constitucional no sentido «de uma federação das províncias», mas D. Pedro nunca quis entrar por esse caminho. O descontentamento estava a crescer no país.

Em suma, muitos periódicos helvéticos, depois de uma primeira e rápida reação de aparente surpresa, tomam consciência de que, no fundo, desconheciam uma parte da realidade política brasileira. Começam então a analisar os factos que provocaram a recente mudança na antiga colónia portuguesa.

13 *Nouvelliste vaudois*, 18 de novembro de 1889.

14 *L'Estafette*, 18 de novembro de 1889.

15 *L'Estafette*, 17 de novembro de 1889.

16 Trata-se, essencialmente, de dois artigos: um editorial, de dia 23 de agosto, que reproduz uma análise publicada pelo quotidiano liberal alemão *Kölnische Zeitung*; quatro dias mais tarde, o diário de Zurique reproduz duas declarações sobre o movimento republicano no Brasil, de João Nunes de Silva Tavares e do deputado do partido conservador Domingos dos Santos.

2) Uma revolta militar e «republicana»

Todos os primeiros comentários falam de uma revolta militar sem derramamento de sangue. «Segundo os despachos, a revolução começou com uma rebelião militar», escreve o liberal *Gazette de Lausanne*, a 19. O *Neue Zürcher Zeitung*, três dias mais tarde, fala de «um golpe atrevido» por parte de uma «soldadesca exuberante»; *Il Dovere*, a 20, nota que foi um «pronunciamento de um contingente militar local»; *La Liberté* considera este facto normal porque, nota o seu editorialista a 20, há duas constantes em cada revolução: a presença do elemento militar e a substituição de um regime constitucional por uma ditadura; por seu lado, precisa o *Berner Tagwacht* dois dias mais tarde:

No início [do movimento] não se sabia se era ou não um mero motim; mas já na tarde daquele dia começaram a aperceber-se de que se tratava, nada mais, nada menos, do que de um verdadeira revolução contra o regime em vigor.

No comentário de dia 17 já referido, o *Journal de Genève* lamenta que a intervenção dos militares dê a esta revolução um carácter de *putsch*. No mesmo artigo, o quotidiano de Genebra acrescenta que, apesar de o Exército brasileiro ser pequeno, tem uma percentagem elevada de oficiais como a França depois da Restauração: «Ora, não há nada mais turbulento nem mais perigoso do que militares mas sem uma missão atribuída. É um terreno fértil para os *pronunciamentos*.» Quatro dias mais tarde, o diário liberal de Genebra, comentando o facto de todos os governadores das províncias serem membros do Exército, declara: «Acentua-se o carácter exclusivamente militar da revolução brasileira.» Isto é preocupante porque, afirma o editorialista genebrino, os soldados brasileiros são recrutados nas classes mais baixas, «para não dizer as mais perigosas da população», o que dá poucas garantias para a ordem pública e para a estabilidade do regime.

A 3 de janeiro de 1890, na sua análise aos acontecimentos do ano anterior, o jornal liberal de Genebra acha que foi demasiado fácil destronar D. Pedro. Embora «o edifício fosse

grandioso por fora, estava carcomido por dentro», lamenta o articulista, visivelmente surpreendido e decepcionado. Bastou «um empurrãozinho», «um punhado de homens ambiciosos e alguns soldados indisciplinados» para que tudo se desmoronasse e que toda a gente aceitasse a nova situação. Por outras palavras, os militares e os republicanos não tiveram nenhum mérito nem foi preciso ter grande coragem para chegar ao poder.

No início, comenta o *Courrier de Genève*, a 19, o movimento militar não queria derrubar o regime mas só o governo. Segundo o quotidiano católico, os republicanos juntaram-se então ao *pronunciamento* com o apoio «da maioria dos operários do porto» e proclamaram a República.

Sabe-se perfeitamente, sublinha o diário *Gazette de Lausanne*, a 18, que não é possível fazer uma revolução na América do Sul sem o apoio dos militares. Conscientes disso, os republicanos brasileiros começaram a aproximar-se do Exército e a apoiarem, cada vez que era possível, os oficiais «castigados por indisciplina», que recebiam então «os parabéns dos *bacharéis*». Assim, o número das pessoas insatisfeitas ia aumentando. Segundo o diário liberal, foi suficiente que «alguns generais» chegassem a um acordo com os chefes republicanos e que decidissem qual era o momento apropriado para poderem desencadear a revolta.

Os republicanos brasileiros não têm boa fama na imprensa da Suíça francesa da altura, nomeadamente nos dois principais quotidianos, o *Journal de Genève* e a *Gazette de Lausanne*, muito favoráveis a D. Pedro.

O primeiro, no dia 17, escreve que todo o continente americano, exceto o Canadá, é constituído por repúblicas. Este regime, avisa o articulista, exige uma certa disposição de espírito, «hábitos, um temperamento», «uma disciplina», o que o torna mais difícil do que se possa imaginar. No entanto, o editorialista — que deseja aos novos governantes do Rio as maiores felicidades e sucesso — não exclui que os brasileiros tenham todas estas «virtudes» para que o novo regime possa funcionar. Dois dias depois, todavia, o mesmo diário fala dos republicanos brasileiros com muita ironia e quase com sarcasmo:

Sabia-se que, nesta grande cidade do Rio e nas capitais de província, um número significativo de desqualificados, de meio-letrados, de advogados sem causa, de promessas falhadas das escolas públicas [...], políticos de profissão e radicais de nascimento, olhavam com inveja as vizinhas repúblicas [...], onde, em vinte quatro horas se pode virar tudo do avesso para fazer de um *bacharel* desconhecido ou de um coronel descontente um presidente da República [...]

A imagem que dá o quotidiano de Lausanne não é muito melhor. Admite que haja alguns republicanos teóricos que representam, porém, uma ínfima minoria:

Mas a maioria são pessoas práticas, *bacharéis*, como se diz no Brasil, advogados e jornalistas, aos quais se juntam todos os funcionários postos prematuramente na reforma por um ministério que deixou de gostar deles; em geral, são relativamente pobres e o único objetivo é recuperar [uma boa situação] graças a alguns anos no poder¹⁷.

Da mesma opinião é *La Liberté*: chamar-lhes republicanos é um eufemismo. Eles não têm a verdadeira visão da República. O quotidiano católico afirma que o governo com que eles sonham não tem nada a ver com a sábia governação dos cantões suíços¹⁸.

Os dois principais diários da Suíça alemã demonstram mais entusiasmo. O *Neue Zürcher Zeitung* saúda, a 18, a nova república «irmã»¹⁹, à qual deseja «muita sorte e paz sem *pronunciamentos*», embora admita, no dia seguinte, que na origem da república brasileira haja justamente um golpe militar. Na mesma data, escreve *Der Bund*: «O povo e o Exército estão unidos e vivem rodeados de repúblicas; para eles não havia nada mais natural do que adotar esta forma de governo.» Por seu lado, *Der Landbote*, a 20, felicita-se com a queda do último regime monárquico no continente americano. Se na Europa a ideia republicana não faz quase progresso nenhum — na altura, além de S. Marino, havia

17 *Gazette de Lausanne*, 18 de novembro de 1889.

18 *La Liberté*, 19 de novembro de 1889.

19 O semanário *Allgemeine Volks-Zeitung* escreve na sua edição de 24 de novembro: «Mas por agora saudemos a república irmã desejando-lhe um futuro próspero».

só duas repúblicas, a França e a Suíça —, pelo menos os povos do Novo Continente não «sofrem dessas doenças políticas de velhos e nas suas artérias corre sangue fresco e saudável.»

3) Os acontecimentos

Os primeiros relatos dos acontecimentos são publicados nos primeiros dias pelos jornalistas que tentam decifrar as notícias vindas do outro lado do Atlântico. Todos falam de uma revolta militar sem participação popular, do ataque ao ministro da Marinha, da demissão dos ministros do último gabinete monárquico, da formação de um governo provisório liderado por Deodoro da Fonseca e, finalmente, do exílio definitivo da família real dois dias depois.

«Os revolucionários atuaram com firmeza e determinação», escreve *Der Landbote*, a 19. Com as lojas fechadas e os negócios interrompidos, a cidade tomou um aspeto particular. Por seu lado, no mesmo dia, o liberal *Gazette de Lausanne* pergunta por que razão este golpe não encontrou praticamente nenhuma resistência por parte das autoridades: «Os ministros deixaram-se intimidar ou não tinham à disposição forças suficientes e razoavelmente seguras?»

Depois da chegada dos jornais brasileiros ao Velho Continente, o mesmo periódico volta ao assunto a 4 de dezembro. No início houve uma revolta de um regimento que se recusou a embarcar para o norte do país. A intervenção do ministro da Marinha acabou com o ferimento deste e, a seguir, Deodoro encabeçou os soldados rebeldes e deu «uma volta triunfal pelos principais bairros da capital no meio de uma grande emoção». Os membros do último governo imperial eclipsaram-se. Dez dias depois, o *Basler Nachrichten* relata os mesmos factos mas acrescenta que os republicanos, que estavam bem informados do descontentamento no Exército e na Marinha, e os jovens estudantes, juntaram-se ao movimento e tudo acabou tão facilmente que Deodoro, que só queira a queda do «gabinete reacionário», acabou por «proclamar

a República»²⁰.

Vimos que todos estes relatos publicados pelos jornais helvéticos são sínteses ou traduções de despachos ou de jornais brasileiros. Encontrei, no entanto, dois relatos de suíços que estiveram na capital do Brasil em meados de novembro de 1889.

O primeiro é de um comerciante suíço, amigo de um dos redatores do *Neue Zürcher Zeitung*, publicado pelo jornal radical de Zurique a 12 de dezembro²¹. No dia 15 de novembro de 1889 a nossa testemunha entra no Rio pela manhã. Continua a viagem apesar de ter conhecimento de uma revolta de tropas. No caminho não repara em nada de particular: pequenos grupos de pessoas pacíficas que conversam animadamente, alguns soldados, muitas lojas fechadas no bairro comercial. Entre as 11 e as 12 da manhã vê o desfile das tropas «inteiramente equipadas, pelo Campo de Aclamação, Rua do Ouvidor e Rua 1.º de março até ao Arsenal da Marinha». Os gritos de «Viva a República» e «Viva o povo brasileiro» não deixam margem para dúvidas sobre a origem do movimento, nota o comerciante, que fala da queda «repentina da última monarquia do continente americano», preparada com calma e perícia.

Narra a seguir as consequências da decisão do governo de deslocar o Batalhão 7 para o interior do Brasil, a recusa das tropas, a revolta, o «incidente com o ministro da Marinha», cuja detenção foi, na sua opinião, essencial para a vitória final dos revoltosos. «Toda a tropa estava contra o governo» tal como a polícia e os bombeiros, escreve o comerciante suíço. Depois chegaram os alunos da escola militar que se puseram à disposição do Deodoro. A notícia espalhou-se pela cidade que tomou conta do facto de ter acontecido uma revolução, «totalmente inesperada e sem derramamento de sangue». A tarde correu tranquilamente, com os republicanos cheios de alegria e os monárquicos tristes, «oscilando indecisos entre a esperança e o receio».

Depois de contar o que aconteceu à família real, sem

20 O *Courrier de Genève*, de 24 de dezembro, cita por extenso um artigo do único periódico carioca de língua francesa, *Étoile du Sud*.

21 A carta é dirigida ao filho do comerciante que dá uma cópia ao *NZZ*. Esta carta ocupa quase toda a primeira página da 2.ª edição desse dia.

margem de manobra, confrontada com o facto consumado e obrigada a deixar o Brasil, explica que o Marechal Deodoro não estava a par da conspiração, só queria a queda do ministério: o verdadeiro organizador foi o Benjamin Constant. O comerciante suíço aprecia, enfim, a maneira como foi instalada a República: «A abdicação ou a morte do imperador teriam tido consequências muito mais graves». Também destaca as qualidades dos membros do novo governo composto de «bons elementos», entre os quais destaca Rui Barbosa, Campos Sales e Quintino Bocaiúva.

A nossa segunda testemunha ocular é Eugène Émile Raffard, o Cônsul-geral suíço no Rio desde 1858, na já citada carta manuscrita de doze páginas dirigida a Numa Droz, ministro suíço dos Negócios Estrangeiros. Resume os acontecimentos e, sobretudo, mostra uma faceta diferente em relação ao ambiente na cidade revelado pela carta do comerciante que acabei de referir: «Durante aquele dia memorável circulavam notícias contraditórias e, apesar da marcha triunfal dos vencedores, relativamente pouco aclamados enquanto desfilavam, a surpresa, a incerteza, a ansiedade podiam ler-se nos rostos de todos o que não tinham participado na ação».



Figura 1 – Eugène Émile Raffard (19/9/1827- 11/9/1901), natural de Genebra, é cônsul-general suíço no Rio de Janeiro desde 1858. (Fonte: *Schweizerische Portrait-Galerie*, Zurique, 1890).

Depois de ter dado todos os detalhes de que dispunha, nomeadamente sobre a revolta dos militares, a atitude do

Deodoro da Fonseca e de D. Pedro, o representante helvético no Rio chega à conclusão de que o objetivo do Exército e da Marinha estava alcançado com a demissão do governo. Porque é que Deodoro proclamou então a República? Segundo Raffard, há duas hipóteses: ou não soube resistir à pressão dos republicanos ou «ele próprio já era republicano».

Cita, a seguir, a proclamação do governo provisório e descreve um segundo desfile: «O Governo provisório, seguido por todos os colaboradores civis e militares, percorreu as ruas da cidade onde foi aclamado; como em várias ocasiões, uma boa parte da população ficou indiferente».

O relato de Raffard parece, mais uma vez, dar a ideia de que esta revolução não teve nenhum apoio popular.

4) Os novos dirigentes

Na altura, as informações sobre os novos homens políticos brasileiros eram escassas. É, sobretudo, a figura do general Deodoro da Fonseca que merece a atenção dos jornalistas helvéticos.

Sobre o primeiro presidente da República, o comentário do jornal *Gazette de Lausanne* é muito lacónico: «estava à espera há muito tempo da ocasião para fazer um *pronunciamento*; relativamente popular no Exército; é um oficial político»²². Volta ao assunto no dia seguinte e o trata este «soldado político» como militar rebelde, desastrado e indisciplinado.

Muito mais prolixo e crítico é o *Journal de Genève*, que o compara ao general Boulanger, militar e político francês que, entre 1886 e 1889, constituiu uma ameaça para a III República²³. O editorialista diz que entre os dois há vários pontos em comum que, no entanto, não menciona, mas o general brasileiro manobrou melhor e conseguiu chegar ao poder²⁴. Com um certo exagero, o

22 *Gazette de Lausanne*, 18 de novembro de 1889.

23 A 19 de outubro de 1889, quando este artigo foi publicado, Boulanger já tinha fugido para a Bélgica.

24 Boulanger, em janeiro de 1889, recusou-se a invadir o palácio presidencial em Paris,

jornalista genebrino escreve que o projeto que falhou em França, devido às hesitações finais e à fuga de Boulanger, «atravessou o Atlântico para se realizar exatamente no Brasil». A França pode agora olhar para o Brasil «como num espelho» e ver o que teria sido a sua história se o general Boulanger tivesse triunfado. No outro jornal liberal, *Gazette de Lausanne*, de dia 19, o editorialista nota também que o clima político no Brasil faz pensar um pouco na França na época do *boulangisme*, com um chefe de Estado «indisciplinado e trapalhão». E o *Nouvelliste vaudois*, a 9 de dezembro, explica que D. Pedro tinha chegado demasiado tarde ao Rio porque «o golpe do Boulanger brasileiro já estava dado».

Os outros membros do governo provisório são mencionados na lista que é publicada em quase todos os periódicos. Benjamin Constant, ministro da Guerra e da Instrução Pública, merece um pequeno comentário, principalmente por causa dos seus dois nomes²⁵. O *Journal de Genève* define-o como um «comparsa» de Deodoro, enquanto o outro diário liberal acha que, sendo professor de botânica, não tinha nada que o pudesse predispor a um cargo tão elevado «a não ser uma ambição desmedida»²⁶. «É um homem sábio, que julga sem prejuízo e que tem uma reputação sem manchas», nota, porém, o *Berner Tagblatt* no fim do seu editorial de dia 22.

Muito crítico em relação governo provisório «chefiado por um soldado rebelde rodeado de pessoas ambiciosas e duvidosas»,²⁷ o jornal *Gazette de Lausanne* acha que o único que tem «uma certa notoriedade» é Rui Barbosa, «advogado talentoso e republicano de longa data».

o que permitiu ao governo francês contra-atacar. Em abril foge para a Bélgica. Em agosto será condenado à reclusão perpétua.

25 O nome completo é Benjamin Constant de Botelho Magalhães. Os pais deram-lhe aqueles dois nomes em homenagem ao escritor e político franco-suíço Benjamin Constant de Rebecque (1767-1830).

26 *Gazette de Lausanne*, 18 de novembro de 1889.

27 *Gazette de Lausanne*, 13 de dezembro de 1889.

5) As causas da revolução

a) A família imperial

Na altura, D. Pedro II, como já comentámos, tinha muitos admiradores na Europa. Na imprensa helvética que consultei são sobretudo os dois jornais liberais de língua francesa que dão uma boa imagem do imperador deposto. O diário *Gazette de Lausanne*, a 18, diz que D. Pedro é, no mundo, um dos mais simpáticos e proeminentes soberanos.

O *Journal de Genève*, a 17, pensa que os brasileiros não tinham nenhum motivo para mudar de regime, porque, por um lado, tinham um chefe de Estado cheio de qualidades, por outro, era como se vivessem numa República mas «com a estabilidade e as garantias da monarquia constitucional». Podiam pelo menos ter tido a delicadeza de esperar pelo falecimento de D. Pedro. Este deu ao seu país a tranquilidade, a prosperidade, as liberdades, «curou-o da praga da escravatura». Graças à sua personalidade, o Brasil ocupa «um lugar honrado entre os estados civilizados»²⁸.

Por seu lado, *L'Impartial*, de La Chaux-de-Fonds, espera, como a grande maioria dos jornalistas suíços, que este homem, muito apreciado pela «Europa culta e literária», seja tratado agora com respeito pelos vencedores e que não tenha o mesmo fim de Maximiliano d'Áustria no México, em 1867. O *Allgemeine Volks-Zeitung* tem a certeza de que D. Pedro «deixa de bom grado» o lugar que ocupava há muito tempo só «*pro forma*».

Sem contestar as qualidades e as virtudes do ex-imperador, sobretudo no que diz respeito aos seus conhecimentos literários e científicos, *La Liberté*, a 19, pensa que o «coro de aplausos» que se podem ouvir em relação à figura de D. Pedro é devido ao facto de ele pertencer à maçonaria. Além disso, o ex-imperador, muito ocupado com as suas atividades intelectuais, pouco tempo tinha para a sua função de chefe de Estado. O cônsul suíço exprime

²⁸ Cinco dias mais tarde, o mesmo jornal fala do texto de demissão do ex-imperador como de «um pequeno monumento de doce e serena filosofia».

a mesma opinião: o ex-imperador, «demasiado filósofo», muito absorvido pelas suas atividades científicas e caritativas, cometeu o erro de deixar demasiada liberdade aos ministros.

Esta é uma crítica que se encontra em outros periódicos, mesmo no *Journal de Genève*²⁹. No jornal *L’Impartial*, a 18, podemos ler:

Tínhamo-nos habituado a ver no imperador do Brasil um soberano-lenda: bom para com os súbditos que o adoravam. É verdade que D. Pedro de Alcântara era muito bom para os seus súbditos, mas criticavam-lhe a bondade demasiado humanista e não ser suficientemente interventivo na governação. Mesmo nos atos governamentais tinha ficado demasiado próximo das ideias de Victor Hugo. «Temos muito respeito por ele, mas já são cinquenta e oito anos de reinado». Isso é o que diziam os seus súbditos mais respeitosos. Os outros não hesitavam em formular queixas.

O mesmo diário acrescenta que D. Pedro era «tão superior» que até se declarava republicano, o que era «pelo menos imprudente por parte de um soberano». Cinco dias mais tarde, *L’Express de Neuchâtel*, que cita *Le Gaulois*, jornal monárquico francês, critica D. Pedro por querer agradar a gregos e a troianos, tornando-se, assim, o mais discreto possível. Dessa maneira, a diferença entre o seu regime e o republicano tinha tendência a desaparecer, conclui o quotidiano de Neuchâtel.

29 «O perigo destas frequentes viagens era, isso é verdade, mostrar [ao povo] que a presença de um imperador não era indispensável para a sua felicidade», *Journal de Genève*, 17 de novembro de 1889.



Figura 2 – Fácil de contentar

O Imperador do Brasil (na viagem para a Europa): «Vocês estão bem, brasileiros, mas eu ainda estou melhor». (*Nebelspalter*, 23 de novembro de 1889).



Figura 3 – Esta obra é o nosso orgulho

«Ele [D. Pedro] vai-se embora, o trono está destruído e a coroa cai ao mar. A “liberdade de expressão” governa e ele não tem filhos: que os seus atos sejam bons e abençoados. (*Nebelspalter*, 30 de novembro de 1889).

Il Dovere de Lugano, a 20, analisa as consequências negativas da atividade intelectual do ex-monarca:

É muito bom que um soberano tenha tanto gosto e tanta cultura para saber apreciar como deve ser, além dos guerreiros e dos estadistas, os grandes artistas, os grandes escritores, os grandes cientistas; mas, se para viver com eles desleixa os seus deveres, esquece as suas ocupações *especiais*, poderá tornar-se um sumo artista, um enorme poeta, um invejável cientista... e como Galileu vai poder ler nos céus... mas não vai ver o buraco que entretanto os seus inimigos – entre os quais a sua própria incúria – lhe cavam aos pés.

O artigo mais severo que encontrei contra D. Pedro II é o do *Neue Zürcher Zeitung*, de 22 de novembro. O jornal de Zurique — que já cinco dias antes, no seu primeiro comentário sobre o sucedido, escrevia que o imperador não era nem um soberano «brilhante» nem «particularmente ativo» — inspira-se nos relatos do viajante alemão Hugo Zöller e nas declarações do jornalista republicano brasileiro Óscar d’Araújo ao jornal *Le Temps*. A análise é demolidora: o ex-imperador gozava de pouca simpatia, afastava pessoas notáveis e, ao contrário, valorizava as personalidades sem mérito. Além disso, «pensava que era competente em todas as matérias, intrometia-se em tudo, examinava todos os negócios», gerando assim confusão e perturbando toda a gente. Por outras palavras, ultrapassava os limites fixados a um monarca constitucional.

Um pouco mais moderada é a opinião do *Allgemeine Volks-Zeitung* no artigo já citado:

D. Pedro não merecia que lhe acontecesse nada de mal. É certo que, não tendo sido um homem notável nem um soberano extraordinário, não pôs obstáculos ao desenvolvimento do Brasil. E promoveu o progresso até aos limites das suas competências constitucionais e da sua força espiritual.

Por seu lado, *La Tribune de Genève*³⁰ afirma: «nestes últimos tempos, assevera-se que o velho imperador tinha perdido um

30 «Une révolution au Brésil», *La Tribune de Genève*, 17 de novembro de 1889.

pouco as suas qualidades. Criticam-no por alguns deslizes na sequência da sua excursão pela Europa».

Se as opiniões sobre o ex-soberano — «velho e doente», como escreve *Der Bund* a 19, e que o *Nouvelliste vaudois*, na mesma data, qualifica de «erudito com coroa» — eram contrastantes, na imprensa europeia havia quase unanimidade no que diz respeito à sua filha e ao seu genro. Num país católico mas anticlerical como o Brasil, onde muitos membros da Igreja católica têm uma vida pouco exemplar, o facto de a princesa ser completamente «dedicada ao clero» tornou-a impopular, nota o quotidiano *Gazette de Lausanne*, a 13 de dezembro³¹. Nos jornais que consultei o *Berner Tagblatt*, de 22, é o que critica mais duramente D. Isabel — que acusa de ser demasiado filoclerical — e, sobretudo, o genro do ex-imperador. O conde de Eu, D. Luís Filipe Gaston d'Orléans, nunca foi verdadeiramente aceite no Brasil, diz o quotidiano da capital da Confederação: «consideraram-no sempre como um estrangeiro». Acrescenta que o marido da princesa se tornou odiado por ter especulado com as casas de tijolo dos operários³². Além disso, fez «visitas arbitrárias às casernas, aos arsenais, aos fortins» e interferia de uma maneira abusiva na administração do ministério da Guerra.

Sobre D. Isabel e o marido, o cônsul helvético sintetiza: «Com ou sem razão, a Princesa imperial e o seu esposo Gaston d'Orléans, Conde de Eu, viram diminuir a simpatia de que gozavam. Porém, as queixas apontadas são, na grande maioria, sem qualquer fundamento».

Mas a medida que suscita um número importante de comentários é a *Lex Aurea*, promulgada pela princesa Isabel em maio de 1888.

31 O *NZZ*, no editorial de dia 17 já referido, exprime a mesma opinião: o conde de Eu foi sempre impopular; a «devoção religiosa excessiva que dava nas vistas» de D. Isabel foi a causa principal da sua perda de simpatia popular.

32 Encontram-se as mesmas críticas e acusações no *NZZ* do mesmo dia, que o trata como um «especulador imobiliário».

b) A abolição da escravatura.

A grande maioria dos analistas que se debruça sobre as causas da proclamação da República no Rio de Janeiro cita a abolição da escravatura como um dos principais fatores que explicam o sucedido. É o que escreve Eugène Raffard: os «antigos proprietários de escravos» aderiram em massa ao partido republicano porque não foram indenizados pela perda da mão de obra servil. Serviram-se desta lei, sintetiza *L'Impartial*, a 19 de novembro, como de «uma arma utilizada contra o imperador».

Por seu lado, *Il Dovere*, no artigo já citado, nota:

Infelizmente, nem tudo o que brilha é ouro, nem todas as leis progressistas, joias expostas nas vitrinas europeias, têm aplicação prática; assim, o grande decreto que aboliu a escravatura – prejudicando os interesses dos proprietários de escravos, da aristocracia fundiária e clerical – permitiu que estes aliados, desprezíveis mas poderosos, ajudassem os homens que trabalhavam para a implantação da República.

Der Bund, num longo artigo³³, considera a abolição «justa e necessária no plano humano». Porém, milhares de antigos donos, não tendo recebido qualquer compensação, ficaram sem uma parte significativa dos seus bens: «A grande maioria dos antigos proprietários de escravos ficou arruinada». Estes fazendeiros viraram-se contra D. Isabel e o conde de Eu e, por conseguinte, contra a monarquia. No final de 1888 os republicanos tiraram proveito deste grande descontentamento e aumentaram, de maneira significativa, as ações de propaganda «como o Brasil nunca tinha visto antes». Organizaram conferências, fundaram associações e as adesões ao partido aumentaram consideravelmente, «em particular nas províncias de Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais». «Os antigos proprietários de escravos, na sua maioria, tornaram-se republicanos», nota o jornal radical de Berna. Além disso, a atitude da Guarda negra, composta por

33 «Die letzte Monarchie der neuen Welt» [A última monarquia do Novo Mundo], *Der Bund*, 19 de novembro de 1889. Este artigo ocupa toda a primeira página e quase metade da segunda.

antigos escravos em defesa do regime monárquico, deu ainda um eco maior às ideias republicanas por todo o país. O articulista narra a seguir parte dos acontecimentos que se seguiram até outubro de 1889 e como as ideias republicanas tinham cada vez mais peso na imprensa, no Exército e até no parlamento.

As medidas que levaram à emancipação dos escravos, nota o *Journal de Genève* a 19 de novembro, «irritou os proprietários, prejudicados nos seus interesses». *L'Estafette*, do mesmo dia, diz que os proprietários de escravos «tentavam provocar uma crise que lhes permitisse recuperar o que tinham perdido». Os grandes fazendeiros nunca perdoaram a D. Isabel o decreto de 13 de maio de 1888, reitera o liberal *Gazette de Lausanne* a 13 de dezembro: «Frustrados, tornaram-se republicanos. Não fizeram a revolução, não assumem nenhuma liderança, não ocupam o poder, mas ficaram nos bastidores e apoiaram moralmente, talvez também financeiramente, o movimento insurrecional». Tendo em conta estas circunstâncias — «a completa transformação da vida económica» provocada pela *Lei Aurea* e o apoio dado pelos fazendeiros aos republicanos agora vitoriosos — *Der Landbote*, a 20 de novembro, sugere mesmo a eventualidade de um restabelecimento da escravatura. Muito prudente na sua análise, o *Nouvelliste Vaudois*³⁴ acha que talvez se tenha exigido sacrifícios excessivos «aos interesses privados», o que contribuiu para afastar uma parte da opinião da monarquia, porque esta reforma foi feita demasiado depressa.

No seu editorial de dia 21 já citado, *La Tribune de Genève* acha que houve uma aliança conjuntural entre os republicanos, que pediam uma reforma no sentido federalista, e os antigos proprietários de escravos, desiludidos com o governo que os tinha abandonado. Foi, portanto, o «desleixo em adotar medidas liberais moderadas» — a abolição da escravatura mas com indemnização e uma reforma constitucional que desse mais poder aos estados — que provocou a queda do regime.

O único jornal que exprime uma opinião contrária é o *Basler Nachrichten* que, dois dias mais tarde, declara perentoriamente: «É errado afirmar que a abolição da escravatura conduziu

34 «Révolution au Brésil», *Nouvelliste vaudois*, 18 de novembro de 1889.

à queda da monarquia». Os republicanos sempre foram abolicionistas, acrescenta o quotidiano liberal de Basileia, e os antigos proprietários de escravos aderiram ao partido republicano só em cima da hora. Além disso, «a maioria dos membros do novo governo provisório são abolicionistas», como Rui Barbosa, Benjamin Constant, Campos Sales, Quintino Bocaiuva, antigo redator de *O País*, um dos jornais que estava na frente dos combates contra a escravatura.

Não se pode esquecer, escreve o *Neue Zürcher Zeitung* a 17, que no Brasil existe um partido republicano que é «muito antigo» e que se manifestou ao longo dos anos com «insurreições sangrentas». Este apoio dado pelos esclavagistas não agrada ao editorialista de Zurique, que o define como «inadequado» e «desprestigioso». Porém, mesmo na «virtuosa Europa», os partidos procuram aliados «onde os encontram».

O jornal católico *La Liberté* tenta relativizar o peso que teve a *Lei Aurea* citando, a 29 de novembro, um artigo publicado na *Revista contemporânea* no dia 1 de outubro, seis semanas antes da queda do Império:

No Brasil, há pessoas que pensam que a monarquia está a quase a cair em ruínas por ter aceite a abolição da escravatura. A verdade é que, há pouco tempo, afirmava-se que o trono ia a cair justamente porque tolerava a escravatura.

c) As outras causas

Estas duas explicações — a abolição da escravatura, por um lado, a atitude e os atos dos membros da família real, por outro — são muitas vezes apontadas nos editoriais da imprensa internacional, e na imprensa suíça em particular, como as duas principais causas da queda do império. No entanto, alguns jornalistas helvéticos tentam encontrar outros motivos para explicar esta viragem na História do Brasil.

Le Courrier de Genève, que a 21 mencionava duas causas, a «emancipação demasiado brusca dos escravos» e as influências dos Estados Unidos, dois dias mais tarde cita um longo artigo

do quotidiano parisiense *L'Univers*, intitulado «A Maçonaria no Brasil»³⁵. O grande país sul-americano é, diz o artigo, o seu refúgio de predileção com 300 centros maçônicos. «Os professores, os acadêmicos e os seus amigos maçons» tiveram uma enorme influência sobre D. Pedro, e é esta a razão pela qual o imperador introduziu reformas muito liberais. Quando se aperceberam de que podiam tomar o poder e destituir o soberano não hesitaram. Que isso sirva de lição para outros monarcas, nomeadamente ao rei da Itália, conclui o jornalista parisiense.

A influência dos Estados Unidos e do peso da maçonaria são duas causas mencionadas principalmente pela imprensa conservadora, monárquica e ultramontana, sobretudo em França³⁶ e em Espanha, mas outros periódicos tratam desta problemática. O *Neue Zürcher Zeitung*, de dia 17, nota que a política externa americana é chefiada pelo James Blaine, o mais «intransigente defensor da doutrina Monroe e do puro americanismo». Para o secretário de estado dos EUA, no continente americano, dominado pelos regimes republicanos, o grande império brasileiro era uma «espinha na garganta». «É muito provável» que os chefes republicanos da revolta no Rio de Janeiro saibam que podem contar com a simpatia ou pelo menos com a neutralidade dos Estados Unidos. De idêntica opinião é o *Nouvelliste vaudois*, de 19: «Os homens de Estado dos EUA nunca esconderam as suas simpatias para com um continente americano republicano desde o mar glacial do Norte ao mar glacial do Sul». *L'Estafette*, do mesmo dia, vai mais longe e acha que não se pode excluir «uma ajuda secreta» por parte dos americanos.

Alguns jornalistas citam também, como já vimos, a força do partido republicano e o descontentamento da Marinha e do Exército. No seu longo editorial a 19 de novembro, o *NZZ* nota: «Tal como o Exército, a Marinha estava muito descontente. O ministro da Marinha, Barão Ladário, era muito impopular [...]».

35 *La Liberté*, outro jornal católico do mesmo dia 23, resume também o artigo do diário francês.

36 «Costuma dizer-se que a mão de Washington deve ter estado na revolução de 15 de novembro. Para mim é mais do que uma suposição, é uma certeza»: «Une révolution inquiétante», *Le Gaulois*, 18 de novembro de 1889.

É o que reflete igualmente o relatório do representante suíço no Brasil. Raffard põe em evidência a ação da propaganda republicana, «cada vez mais audaz», nomeadamente na imprensa; o plano particularmente bem elaborado, provavelmente pelos republicanos, muito bem informados, e tão habilmente posto em prática; o conflito entre o ministro da Guerra e o Exército, que «tomou outra atitude e abriu clubes para se organizar»; o descontentamento dos oficiais da Marinha, feridos na autoestima pela atitude do ministro. Por conseguinte, estes militares tornaram-se um «apoio certo para derrubar o governo». Além destas três causas, das responsabilidades da família real e do peso da abolição da escravatura, o Cônsul-geral critica abertamente a classe política do Antigo Regime:

É justo reconhecer que os homens políticos do país, divididos entre conservadores e liberais, não representavam ideias claramente definidas e, tendo passado de um partido para o outro, não correspondiam às expectativas.

Para além disso, vários membros destes dois partidos tinham sido republicanos e o partido republicano, por sua vez, sempre fez adeptos nos partidos monárquicos.

Il Dovere é o único a mencionar outra causa: a «guerra de extermínio» contra o «paupérrimo Paraguai» que deixou o país exangue e com os cofres vazios: «Depois daquela guerra o país [...] nunca mais conseguiu recuperar».

6. O futuro do Brasil

O Brasil não deve esperar que a República, mesmo federal, lhe dê de um dia para outro tudo o que lhe promete. Mudar assim de repente as instituições de um grande país, substituir os antigos funcionários por homens novos, não só não é fácil como não é a melhor maneira de assegurar a tranquilidade interna, a confiança externa e de fazer que os negócios funcionem.

Talvez a população civil, que assistiu ao desfecho numa absoluta

indiferença, se interrogue mais do que uma vez se não trocou um cavalo vesgo por outro cego; e se o reinado de um velho imperador que conhecia não valia mais a pena que o destes políticos altaneiros, ávidos de lucros e de honras, como todos os novos-ricos.

É nestes termos que o *Journal de Genève*, no seu «*Bulletin*», na primeira página de dia 19 de novembro, começa a falar do futuro próximo na nova República. O quotidiano de Genebra, com outros órgãos de imprensa, depois da surpresa das primeiras horas, debruça-se sobre o que podia acontecer com o novo regime. Por outras palavras, alguns editorialistas põem a questão da viabilidade e da capacidade das novas instituições para governar o país.

No dia seguinte, o quotidiano liberal, relativamente cético em relação aos telegramas enviados da capital carioca, controlados pelo regime republicano³⁷, exprime mais uma vez a sua desconfiança, neste caso em relação às pessoas que aderiram por interesse à República:

As notícias vindas do Brasil continuam a ser cor-de-rosa, como no início de cada revolução quando esta se encontra ainda numa fase de lua de mel. É o tempo das esperanças e das promessas quando não há mãos suficientes para apertar as dos novos convertidos, que não querem ser os últimos na lista dos que atraíram as suas promessas. É com esta cumplicidade da cobardia humana que contam, em qualquer altura e em qualquer país, os empresários das revoluções. [...]

E o *Journal de Genève* dá o exemplo da província da Baía, que se pensava ser fiel ao ex-imperador mas que acabou também por aclamar a República. O editorialista adverte, mais uma vez, que pôr em prática e organizar o novo regime vai ser complicado num país imenso territorialmente mas apenas com doze milhões de habitantes. Como é que se poderá estabelecer uma certa autonomia regional e, ao mesmo tempo, manter fortes laços entre

37 A 21 de novembro escreve: «Paralelamente afirmam que reina a ordem no Rio de Janeiro, na Baía e em Pernambuco. Esperemos que não seja como outrora em Varsóvia». No mesmo número, o editorialista escreve que antes da chegada de cartas não censuradas pelas novas autoridades será impossível conhecer a verdade.

«todas estas repúblicas» para que haja um só Estado? Cita a seguir a opinião do correspondente do *Times* em Paris, segundo o qual, a divisão do grande país sul-americano em vários estados mais pequenos parece quase inevitável.

Esta eventual divisão do país preocupa também *La Tribune de Genève*. A 21 de novembro, o diário de Genebra faz a diferença entre o Sul, entusiasta do fim da escravatura, e o Norte, fortemente antiabolicionista. Trata-se de um «tremendo problema» que os fazendeiros e o novo governo terão de resolver com muito tato e habilidade para não provocar grandes perturbações. A 13 de dezembro volta ao assunto e põe algumas questões:

O que é que vai acontecer agora? Haverá uma secessão como em 1860 nos Estados Unidos? Haverá estados esclavagistas e outros abolicionistas? E este antagonismo levará a uma guerra interminável como aquela que ensanguentou a América do Norte? É o que iremos saber em breve, mas os especialistas dos assuntos sobre o Brasil acham que este país está ainda só no início de uma era de dificuldades e que a sua divisão em várias unidades políticas parece inevitável, a breve ou a médio prazo.

Voltando à análise do *Journal de Genève*, podemos constatar que o quotidiano liberal de Genebra, que desconfia dos despachos que chegam ao Velho Continente, não muda de opinião nos outros comentários dedicados à nova república. A 29 de dezembro afirma, perentoriamente: «O que parece certo é que esta república da baioneta não tem futuro assegurado». A prova de que as coisas não correm como o governo provisório queria é o adiamento de um ano das eleições para a Assembleia constituinte. No mesmo artigo, o *Journal de Genève* também sintetiza, não sem uma ponta de ironia e de sarcasmo, as opiniões de uma parte significativa da imprensa brasileira, a qual defende abertamente a Doutrina Monroe e promove «uma cruzada contra os estrangeiros que ousam manchar o solo sagrado» da pátria.

Análoga opinião se encontra nas análises do liberal *Gazette de Lausanne*, que, como já vimos, acha que as novas autoridades — também por causa do Exército ser pouco fiável — não dão muitas

garantias do ponto de vista da estabilidade e das liberdades³⁸. Apesar de os telegramas controlados pelo governo brasileiros darem notícias tranquilizadoras sobre a situação do país, nota o jornal, a 21 de novembro, em Londres, o mundo dos negócios está «inquieto»³⁹. Receia-se uma divisão do país e isso vai pôr o problema da repartição entre as futuras «pequenas repúblicas», dos títulos da dívida brasileira colocados nos mercados europeus. A conclusão é análoga àquela citada no início deste capítulo:

Os brasileiros podiam meditar na fábula da hidra e da rã. Trocando «o seu soberano amador»⁴⁰ por generais fura-vidas, como os que proliferam na América do Sul, provavelmente terão feito uma má escolha política.

Muito positivo é o comentário do *Nouvelliste Vaudois*, a 21 de novembro: o «governo não fez nenhum disparate» como acontece muitas vezes nos países do sul quando se muda de regime. O crédito brasileiro tinha baixado muito também durante a guerra do Paraguai, mas, a pouco e pouco, conseguiu consolidar-se. Agora os fundos do Estado brasileiro baixaram e o preço do café subiu, mas «se não houve e se não houver derramamento de sangue, o equilíbrio voltará muito rapidamente».

Depois de ter falado da nova república como inevitável, tendo em conta que a dinastia não dava «nenhuma garantia para a ordem e a segurança do Estado»⁴¹, o *Neue Zürcher Zeitung* analisa a situação no final de dezembro⁴², seis semanas depois do afastamento de D. Pedro II. As notícias que chegam do Rio «não parecem ser tão agradáveis» como nos primeiros dias depois da revolução, comenta o analista que não critica a proscricção da

38 *Gazette de Lausanne*, 13 de dezembro de 1889.

39 No dia seguinte, sobre este tema, *Der Landbote* — que também fala das fortes preocupações na City de Londres — deita água na fervura afirmando que depois dos primeiros receios e abalos logo a seguir à proclamação da República já se começa a notar uma inversão de tendência.

40 É o editoralista que utiliza as aspas.

41 *NZZ*, 22 de novembro de 1889.

42 *NZZ*, 27 de dezembro de 1889. Este editorial ocupa metade da primeira página da primeira edição.

família imperial ou o facto de terem privado D. Pedro da lista civil. O que é grave é não terem organizado imediatamente as eleições. Os despachos falam de «grande entusiasmo em favor da República» e de «ordem total», mas pergunta porque não têm pressa em dar ao regime uma base legal? O perigo para o Brasil não está na dinastia, alerta o redator, mas na dimensão do país, nos desequilíbrios entre os vários estados, na falta de disciplina no Exército e na Marinha, no próprio governo provisório, que é «uma ditadura militar», representado agora nas províncias por governadores nomeados por ele. O quotidiano de Zurique questiona, finalmente, a capacidade de um «rígido governo militar» — é como define o governo provisório chefiado por Deodoro — de «conseguir captar muitos simpatizantes para a República». Concluindo e resumindo, a República não está num situação «tão brilhante e favorável como se desejaria».



Figura 4 – O novo Cincinnatus

«O mundo inteiro tem piedade de mim porque abandonei o trono. Oh, se soubessem como estou contente no meio destes nabos!» (*Nebelspalter*, 21 de dezembro de 1889).

Nota final

Acontecimento de importância mundial, a queda de D. Pedro II foi largamente comentada pela imprensa helvética e também pelo seu representante no Rio de Janeiro. Foi, sem margem para dúvida, o acontecimento da História do Brasil que maior eco teve nos periódicos da Confederação, ainda mais do que o golpe militar de 1964. Se tomarmos como exemplo e termo de comparação outro facto histórico importante da mesma época, a abolição da escravatura, dos três principais jornais suíços — *Neue Zürcher Zeitung*, *Gazette de Lausanne* e *Journal de Genève* — só o primeiro consagrou dois editoriais ao tema, a 24 de maio e a 11 de julho de 1888⁴³. Como vimos, em novembro e em dezembro de 1889 não só todos os órgãos de imprensa — os grandes jornais e os periódicos regionais — falam do sucedido, mas — e isso é essencial — praticamente todos comentam os factos e procuram explicações para esta viragem na História do Brasil.

A surpresa pela mudança institucional é relativa e efémera. Muitos editorialistas escrevem que as pessoas bem informadas sobre a realidade brasileira não ficaram admiradas, antes pelo contrário, embora estejam conscientes de que é mais fácil afirmá-lo depois dos factos terem acontecido.

Talvez a imagem positiva que D. Pedro II tinha na Europa e o respeito devido à idade já avançada do ex-monarca tenham contribuído para matizar alguns comentários, nomeadamente num diário de referência com é o *Journal de Genève*. No entanto, as críticas à atitude do último imperador foram, por vezes, duras e implacáveis. Praticamente sem defensores, exceto numa parte imprensa conservadora e na visão de Eugène Raffard, esteve o casal principesco: D. Isabel e o marido, neto de Luís Filipe de França.

Sobre a natureza da revolução, todos mencionam o papel tido pelos militares e pelo partido republicano do Brasil. A interpretação varia consoante a tendência do jornal: os periódicos radicais dão mais relevo — e por vezes exageram — à força da

43 A estes três jornais foram atribuídos números e existe a possibilidade de fazer pesquisas por palavras-chave.

organização republicana; os diários conservadores, e alguns liberais, pensam que os verdadeiros republicanos representam uma ínfima minoria e que a maioria dos membros do partido, em particular os simpatizantes da última hora, é formada por egoístas e oportunistas que só querem um bom emprego.

Encontra-se quase a mesma diferença de interpretação no que diz respeito ao papel dos militares. Nos jornais católicos, e em alguns liberais, acentua-se a falta de apoio popular e o papel essencial tido pelo Exército e pela Marinha, que atraçoaram o seu juramento. A imagem que dão de Deodoro da Fonseca é negativa, contrariamente àquela que se pode encontrar nos órgãos radicais que enaltecem os dirigentes militares e republicanos.

A descrição que os jornalistas suíços fazem dos factos ocorridos a 15 de novembro de 1889 é, por razões óbvias, incompleta durante toda a segunda metade do mês. Com a chegada dos jornais brasileiros o leitor suíço terá informações mais detalhadas. É por isso que os relatos das duas testemunhas oculares reproduzidos neste artigo são particularmente preciosos.

As causas dos acontecimentos são múltiplas, mas a abolição da escravatura sem compensação para os antigos donos é o que aparece referido com mais frequência nas análises jornalísticas e também no relatório do Cônsul-geral. Todos a mencionam e só um jornal não a considera entre os fatores que explicam a origem da revolução. O descontentamento dos militares em relação ao último governo da monarquia é outro elemento importante citado pelos editorialistas. Acrescem as ausências de D. Pedro, a sua falta de estatura política, a impopularidade de D. Isabel, acusada pelos fazendeiros de ter abolido a escravatura e pelos liberais de ser excessivamente devota e filoclerical, e a antipatia pelo «estrangeiro» conde de Eu.

Outros aspetos como a influência da queda de D. Pedro nas monarquias europeias, mencionada, nomeadamente, na imprensa espanhola⁴⁴, são abordados apenas por alguns jornais suíços⁴⁵. Outro argumento citado pela imprensa monárquica e

44 MONICO, Reto, «A proclamação da República no Brasil na imprensa espanhola». In: *Historiae*, Vol.3 (1), Rio Grande, 2012, pp. 135-148.

45 Tanto o jornal *Der Bund*, de 2 de dezembro de 1889, como o *Basler Nachrichten*, de 14 de

ultramontana francesa e espanhola é o papel da maçonaria. Na Suíça são exclusivamente os jornais católicos conservadores que acusam esta instituição de ter contribuído para destabilizar e destruir o regime de D. Pedro. Finalmente, o papel dos Estados Unidos é analisado por alguns articulistas que abordam a problemática da doutrina Monroe. Um deles sugere mesmo a hipótese de a potência norte-americana ter estado, pelo menos em parte, por detrás dos acontecimentos de 15 de novembro de 1889.

Lendo os editoriais, sobretudo os do mês de dezembro, o futuro do Brasil não parece muito cor-de-rosa. Mesmo jornais que, como o *NZZ*, simpatizaram com a mudança de regime, levantam dúvidas sobre o projeto republicano brasileiro, a constitucionalidade do novo governo, que não foi eleito, a disciplina da tropa e a capacidade dos novos governantes. Consta-se a falta de equilíbrio entre os Estados e receia-se uma divisão do país.

Na altura os jornais eram o principal meio de comunicação. Num país quase sem analfabetos lia-se muito e, porque quase todos os diários tinham poucas páginas, lia-se da primeira à última. Por conseguinte — excluindo naturalmente os familiares dos emigrantes suíços no Brasil — visto que durante alguns dias a queda de D. Pedro e a proclamação da República eram noticiadas com frequência, é lógico deduzir que, na Suíça, foi certamente a primeira vez que um acontecimento político no maior país da América do Sul provocou tantos debates e suscitou tamanho interesse. Prova deste interesse é o facto de o jornal satírico *Nebelspalter* ter publicado três caricaturas ocupando uma página inteira, apesar de ter apenas oito páginas.

dezembro do mesmo ano, falam essencialmente das influências que os acontecimentos em terras brasileiras poderão vir a ter para a monarquia na Itália, em Portugal e em Espanha. *Le Nouvelliste vaudois*, de 20 de novembro, debruça-se sobre as consequências da queda de D. Pedro II para as monarquias da Península Ibérica.

Bibliografia:

Fontes:

Fontes não publicadas:

Bundesarchiv [Arquivo federal em Berna]:

CH-BAR, E2#1000/44#997*, B.121.23.1.Revolution von 1889 (Sturz des Kaisertums und Anerkennung der republikanischen Regierung; Brasilianisches Naturalisationsgesetz, 1889-1891, 1895) [Revolução de 1889 (Queda da monarquia e reconhecimento do governo republicano; leis brasileiras de naturalização, 1889-1891, 1895)].

Periódicos consultados (entre parêntesis a tiragem em 1896)

De língua alemã: *Basler Nachrichten* (?), *Berner Tagblatt* (5200), *Der Bund* (6900), *Der Landbote* (7800), *Nebelspalter* (1000), *Neue Zürcher Zeitung* (10.500), *Schweizerische Allgemeine Volks-Zeitung* (10.300);

De língua francesa: *Courrier de Genève* (3900), *L'Estafette*⁴⁶, *L'Express de Neuchâtel* (7500), *Feuille d'Avis de Lausanne* (33.000), *Gazette de Lausanne* (5400), *L'Impartial* (8000), *Journal de Genève* (6900), *La Liberté* (2900), *Nouvelliste vaudois* (?), *La Tribune de Genève* (28.000);

De língua italiana: *Il Dovere* (1400), *Gazzetta ticinese* (1950), *La Libertà* (1900).

Obras:

BLASER, Fritz. *La presse suisse*. 2 Vol., Basileia: Birkhäuser, 1956-1958.

BÜRGIN, Curt. *Statistische Untersuchungen über das Schweizerische Zeitungswesen*. Leipzig: 1939.

⁴⁶ Em 1893 foi fundado o diário *Tribune de Lausanne* que, três anos mais tarde, engloba *L'Estafette*, jornal publicado desde 1862. A tiragem em 1896 situa-se entre 5000 e 10.000 exemplares.

- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. S. Paulo: Ed USP, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico.- Vol. 5 Do Império à República*. Rio de Janeiro: BCD, 1997.
- MENDES JR, António, MARANHÃO, Ricardo [org.]. *Brasil História. Texto e consulta 3*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.
- MONICO Reto, Vieira Joaquim. *República em Portugal: o 5 de Outubro na imprensa internacional*. Lisboa: Pedra da Lua, 2010.
- MONICO Reto, «A proclamação da República no Brasil na imprensa espanhola». In: *Historiæ*, Vol.3 (1), Rio Grande, 2012, pp. 135-148.
- QUINTERO, Alexandro Pizarroso (ed). *Historia de la pensa*. Madrid: Estudios Ramón Areces S.A., 1994.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- RECIZIEGEL, Ana Luiza Setti. «O reconhecimento da República pelos países americanos». In: *História Unisinos*, Vol 14 (1), 2014, pp. 55-61.
- SANTOS, Norma Breda dos. «A política exterior da Velha República (1889-1930)». In: *Revista de informação legislativa*. Brasília: Senado Federal, v. 28, n.º 111, p. 253-270, jul./set. de 1991.
- SCHWARZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.
- VIEIRA Joaquim, MONICO Reto. *Matarem o Rei! O Regicídio na imprensa internacional*, Lisboa: Pedra da Lua, 2007.